



TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES AGRAVADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, NA MODALIDADE DE ADESÃO E APOIO

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra nove arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de tráfico de estupefacientes agravado e de um crime de associação criminosa, na modalidade de adesão e apoio.

No essencial ficou indiciado que, desde data não apurada, mas pelo menos desde finais de 2018, os arguidos dedicaram-se ao tráfico de estupefacientes, atuando por conta de uma organização criminosa que tem diligenciado, designadamente, quer pelo cultivo *indoor*, armazenamento, distribuição e exportação de grandes quantidades de marijuana, quer pela obtenção de elevadas quantidades de haxixe junto de indivíduos que possuem este produto, em Marrocos, organizando, ainda, o seu transporte por via marítima, desde a costa de Marrocos até à costa portuguesa e/ou espanhola, através de embarcações que foram carregadas com esse estupefaciente.

Mais, ficou indiciado que, pelo menos desde meados do mês de Janeiro de 2020, de acordo com as orientações definidas pela organização, que aqueles nove arguidos, de forma concertada entre todos, diligenciaram pela concretização e acompanhamento de mais um transporte de haxixe.

Os arguidos vieram, contudo, a ser intercetados por elementos da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária, sendo, em 28 de Julho de 2020, apreendidos 6.720 (seis mil, setecentos e vinte) quilogramas de haxixe, em Loulé e em Olhos d'Água, no Algarve.

Com a venda do estupefaciente apreendido seriam obtidos proventos monetários muito elevados, certamente superiores a € 34.608.000,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e oito



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE
INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL

mil euros), uma vez que, em 2020, cada quilo de haxixe foi normalmente vendido no mercado português e europeu por cerca de € 5.150,00 (cinco mil, cento e cinquenta euros).

Foram ainda apreendidos € 15.502,40.

Os arguidos encontram-se sujeitos à medida de coação de prisão preventiva.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária – Diretoria do Sul.

NUIPC 41/20.1JAFAR

Data da acusação: 13-07-2021